Ministério da Cultura

Secretaria de Articulação Institucional

Conselho Nacional de Política Cultura

Esplanada dos Ministérios | Bloco "B" | 3º andar | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 2024-2361 – 2024-2302

www.cultura.gov.br

Ata da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC

Dias 06 e 07/03/2013

Conselho Nacional de Política Cultural

Brasília (DF), 06 e 07 de Março de 2013

Setor Comercial Sul - Quadra 09, Lote C, Edifício Parque da Cidade – Corporate –Torre B - 12º andar

Ata da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, realizada em seis de março de dois mil e treze, às dez horas, no Setor Comercial Sul, Quadra nove, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, décimo segundo andar, na cidade de Brasília, DF. A reunião contou com os seguintes presentes: Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura Marta Suplicy, Senhor Secretário-Geral do CNPC José Roberto Costa do Nascimento (Peixe), Senhor Consultor Jurídico da Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura (MinC) Cláudio Péret Dias, Ex-Conselheiros do CNPC Freddy Van Camp (Design), Heloísa Esser dos Reis (Arquivos), Ivan Ferraro Filho (Música Popular), Jefferson Dantas Navolar (Arquitetura e Urbanismo), Antônio José Amaral Ferreira (Culturas Afro-Brasileiras), Nilton Aparecido Bobato (Nilton Bobato) (Literatura, Livro e Leitura), Rosa Maria Leonardo Coimbra (Rosa Coimbra) (Dança), Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes (Teatro), Washington da Silva Queiroz (Patrimônio Imaterial), Danillo Silva Barata (Arte Digital), Renato da Silva Moura (Artesanato), Márcio Silveira dos Santos (Teatro), Marcos Olender (Patrimônio Material) e Luiz Alberto Brizola Cassol (Audiovisual), estes quatro últimos reeleitos para o próximo mandato, e pelos novos Conselheiros do CNPC Amilson Teixeira de Godoy (Música), Letícia Miguel Teixeira (Ministério das Cidades), Arthur Leandro de Moraes Maroja (Culturas Afro-Brasileiras), David Alexandrisky (Artes Visuais), Dulce Tâmara da Rocha Lamego e Silva (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Edna Maria Costa e Silva (Patrimônio Imaterial), Eduardo Saron (Associação Nacional de Entidades Culturais), Mariana Bandeira de Mello (Casa Civil), Fernanda de Oliveira Martins (Design), Daniela Favaro Garrossini (Design), Fernando Nunes Alves (Ministério do Trabalho e Emprego), Flávio Viana e Silva (Circo), Ildeu de Castro Moreira (Ministério da Ciência e Tecnologia), Isaac Wylliam Farias Loureiro (Culturas Populares), Edivaldo Machado

Boaventura (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Jurema de Sousa Machado (Ministério da Cultura), Lena Maria Alexandre Brasil (Ministério do Turismo), Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Secretária da Diversidade e da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura), Lucas da Rosa (Moda), Márcio Caíres Chaves (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais), Osvaldo Viégas (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais), Maria do Socorro Sampaio Flores (Literatura, Livro e Leitura), Marila Annibelli Vellozo (Dança), Mário Barbosa da Silva (Arquitetura e Urbanismo), Marta Raquel Colabone (Sistema S), Márcia Costa Rodrigues (Sistema S), Claudia Veloso Torres Guimarães (Ministério da Educação), Fernando Sertã Meresi (Ministério do Planejamento), Paulo César Rodrigues Amoreira (Arte Digital), Ignácio José Kornovski (Confederação Nacional de Municípios), Pedro de Carvalho Pontual (Secretaria-Geral da Presidência da República), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivos), Aldenir Paraguassú (Ministério do Meio Ambiente), Luciana Guilherme (Diretora da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura), Silvestre Ferreira (Frente Nacional de Prefeitos), Valderedo Gomes da Silva - Val Macambira (Música Popular), Maurício Boldrin Zampaulo (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Francisco Simões de Oliveira Neto - Chico Simões (Inclusão Social por Intermédio da Cultura), Célia Corsino (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio Imaterial), Eneida Rocha (Instituto Brasileiro de Museus) e Leonardo Barbosa Rossato (Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura) A reunião foi presidida pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, João Roberto do Nascimento, que informou que esta era a primeira Reunião Ordinária da Plenária do Conselho Nacional de Política Cultural em dois mil e treze, com os novos conselheiros da sociedade civil eleitos nos Fóruns Nacionais Setoriais, realizados em dezembro de 2012. Passou-se em seguida a palavra para a Ministra da Cultura Senhora Marta Suplicy que deu início a

cerimônia de posse dos novos conselheiros para o biênio de dois mil e doze a dois mil e quatorze. Em seguida o Senhor João Roberto Peixe solicitou que um ex-conselheiro e um novo conselheiro fizesse uma fala de três a cinco minutos apresentando sua experiência no Conselho Nacional de Política Cultural e suas expectativas, respectivamente, uma vez que a Senhora Ministra teria que se ausentar por motivo de compromissos assumidos anteriormente. O Senhor Nilton Bobato sugeriu que a senhora Ministra fizesse primeiro a sua fala e em seguida passaria a palavra para os ex-conselheiros que quisessem falar. Acatada a sugestão, a senhora Ministra começou informando o que o MinC estava fazendo em prol da cultura dentro do governo da Presidenta Dilma, o que poderia ajudar nas futuras discussões do Conselho Nacional de Política Cultural. Falou sobre as leis que precisavam passar pelo Legislativo, como a mudança da lei Rouanet para o ProCultura, projeto que revoga o maior instrumento financeiro à cultura. Disse também sobre o Sistema Nacional de Cultura como o maior avanço que o Ministério já deu, o que propiciará uma maior organicidade ao Ministério da Cultura, uma vez que organizará as políticas culturais de forma descentralizada, dando continuidade a elas independentemente de mudanças governantes. Outro ponto explanado pela senhora Ministra foi sobre o Vale-Cultura como uma inovação na política cultural. O trabalhador que ganhar até cinco salários mínimos terá direito ao benefício, garantindo, assim, meios de acesso a participação nas diversas atividades culturais desenvolvidas no Brasil. Por fim, a Ministra reforçou todas as ações desenvolvidas pelo MinC, repassando a palavra para o Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, que informou a todos sobre a presença dos ex-conselheiros nesta reunião por ser uma solicitação deles à senhora Ministra como troca de experiências entre os conselheiros eleitos. Assim, passaria a palavra para um ex-conselheiro que quisesse contar suas experiências no Conselho Nacional de Política Cultural. Antes mesmo deste momento, o

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural pediu aos conselheiros eleitos que procurassem a secretaria da reunião para assinarem o Termo de Posse durante o transcorrer do dia. Foi solicitado Senhor Bernardo Novais da Mata Machado, Diretor do Plano Nacional de Cultura e de Projetos Integrados da Secretaria de Articulação Institucional (SAI), fizesse parte da Mesa e anotasse as inscrições de quem quisesse se manifestar e em seguida passaria a palavra para o Senhor Américo José Córdula Teixeira da Secretaria de Políticas Culturais. O Secretário-Geral, ainda neste momento, disse acreditar que o Conselho continuará avançando como nos últimos anos, consolidando o seu papel dentro da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, uma vez que com a aprovação e promulgação da Emenda Constitucional nº 7/2012 o Sistema foi inserido na Constituição Brasileira, uma vitória conseguida pelo trabalho incansável da Ministra Marta Suplicy em seu último dia de trabalho como Senadora da República. Em seguida falou sobre a tramitação do Projeto de Regulamentação do Sistema e que a referida Ministra se mostrou empenhada em chegar a III Conferência Nacional com o Projeto aprovado. Ressaltou sobre a importância do Conselho e de suas reuniões, bem como da relação do Ministério da Cultura, da sociedade civil, dos entes federados e das representações dos estados e municípios. Além do que, ressaltou, também, o papel estratégico, fundamental e decisivo do Conselho para o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Informou que durante o ano de dois mil e treze deveria haver uma articulação com estados e municípios para a constituição da Comissão Intergestores, bem como pensar na questão das duas Comissões Temáticas, em que o Conselho deveria pensar em como se organizar, por assuntos temáticos, para que as reuniões do Plenário acontecessem com os projetos pré-analisados, aprofundados nessas comissões para que as reuniões sejam objetivas, operativas e com maior possibilidade de ter resultados concretos do ponto de vista político e

operacional para o funcionamento do Sistema. Lembrou que em dois mil e treze já estará em funcionamento os dezessete Colegiados Setoriais. Em seguida, passou-se a palavra para os ex-conselheiros. O primeiro a falar foi o Senhor Jefferson Dantas Navolar (Arquitetura e Urbanismo) que se mostrou não à vontade em sua fala ao comentar sobre a expressão "Bens e Serviços", que aparecia repetidamente no Regimento Interno da III Conferência Nacional de Cultura. Destacou com mais precisão a importância de qualidade dos espaços construídos na produção de cultura e que a sua reivindicação era de que os espaços de arquitetura, em que se produzia cultura, fossem de qualidade e não apenas "Bens e Serviços". Ressaltou que a Lei nº 8.666/93 prevê que projeto é trabalho intelectual e pode ser comprado pelo critério de qualidade. Em seguida, a palavra foi dada ao Senhor Marcos Olender (Patrimônio Material) que disse estar a algum tempo no Conselho e que foi reeleito para o próximo mandato, sentindo-se feliz com isso. Informou que os Colegiados Setoriais do chamado segmento do Patrimônio, os seus representantes, estariam, no momento, com mais força. Deu-se a palavra ao Senhor Luiz Alberto Cassol (Audiovisual), que se manifestou dizendo que participava da bancada dos incansáveis, pois a antiga Secretária do Audiovisual havia feito uma proposta de término do colegiado e este havia contra tal proposta levada à votação para a plenária e a sociedade, unânimes pela continuidade do Colegiado do Audiovisual e de Museus. Disse não saber se a eleição do colegiado seria feita por uma lista tríplice ou se a sociedade civil indicaria titular e suplente como havia acontecido com ele ao ser eleito para o colegiado. Finalizou agradecendo os representantes das outras áreas que havia defendido o Audiovisual e os Museus, lembrando que o verdadeiro fato de se entrar no Conselho, o objetivo maior era o intercâmbio dos saberes. A próxima fala foi dada a Senhora Rosa Maria Leonardo Coimbra (Dança) que também disse participar do grupo dos incansáveis. Mostrou-se honrada de ter sido suplente

da Senhora Dulce, de participar como ouvinte das reuniões e de ter sido nomeada titular nos últimos dois anos. Parabenizou o grupo dos incansáveis, sem demagogia, dizendo que seus trabalhos tinham sido memoráveis. Desejou boas-vindas aos novos conselheiros e, como o Senhor Cassol, disse que era imprescindível no Conselho que uns apoiassem aos outros. Ressaltou que essa união teria feito uma grande diferença nos avanços, apesar de terem sentindo nos últimos dois anos uma dificuldade grande no diálogo por não ser aberto e respeitoso, mas que mesmo assim encontraram mecanismos e estratégias para entrar na pauta do Conselho reivindicações da sociedade. Disse que a seu ver o Conselho Nacional de Política Cultural deveria estar sob abrigo da própria Ministra, do Gabinete dela. Sugeriu aos novos conselheiros que ficassem atentos à análise do Regimento Interno da III Conferência e que achava imprescindível a realização das Pré-Conferências Setoriais. Finalizou dizendo que gostaria de estar viva para ver a questão das Artes Cênicas resolvida. Passou-se a palavra ao Senhor Washington da Silva Queiroz (Patrimônio Imaterial) que agradeceu a todos os seus pares do estado e da sociedade civil, porque o espaço do Conselho teria sido um espaço de grande troca, de grande entendimento. Falou sobre a não frequência dos entes governamentais nas reuniões do Conselho, ressaltou que ninguém era inimigo de ninguém e que a luta era de todos. Disse concordar com as colocações da Senhora Rosa Coimbra e que os novos conselheiros ficassem atentos na formulação das pautas das reuniões, uma vez que as sugestões da sociedade civil ficavam reduzidas. Deu-se, então, a palavra ao Senhor Danilo Barata (Arte Digital) que falou da grande contribuição que o Senhor Paulo César Amoreira e Senhora Andréia Machado iriam dar ao Conselho e própria bancada de Arte Digital. Em continuidade, a Senhora Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes (Teatro) deu prosseguimento dizendo estar muito contemplada com o convívio durante o seu mandato. Disse que a jornada não era fácil, aconteciam erros, mas os

erros eram cometidos em conjunto. Ressaltou sua participação no Plano Plurianual do Governo, sua assinatura, ao lado do antropólogo Washington Queiroz, no Relatório da Diversidade, distribuído em cento e vinte países, e sua eleição no Plenário do Conselho com Mulher Negra por unanimidade. Agradeceu pela experiência adquirida no Conselho Nacional de Política Cultural e disse, ainda, que não se deve abrir mão da democracia, da verdade, e da justiça, princípios que podem nortear todas as questões. Finalizou externando sua felicidade pela indicação do Senhor Márcio Silveira para substituí-la no Conselho. Continuando, a palavra foi dada ao Senhor Aldenir Paraguassú (Ministério do Meio Ambiente) que propôs uma inserção ao Regimento Interno da III Conferência no Item IV, que fala de Cultura e Desenvolvimento com foco na Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável introduzindo aspectos de caráter social e ambiental, já que só havia sido mencionado na proposta original o caráter econômico. O presidente da Mesa disse que a proposta estava registrada. Deu-se a palavra ao Senhor Freddy Van Camp (Design) que deixou registrado o fato de que a sua área, Design, considerada nova por muitos, estaria comemorando 50 anos de sua implantação no Brasil. Ressaltou a importância da inclusão do Design no Ministério da Cultura e do seu colegiado. Falou sobre a legalização do software. Em seguida o Senhor Ivan Ferraro Filho (Música Popular) parabenizou a todos, principalmente os Senhores Amilson de Godoy e Val Macambira do Colegiado Setorial da Música, um da Região Sudeste e outro da Nordeste, respectivamente. Ressaltou, sobre a sua ótica, que os Colegiados Setoriais são mais importantes do que a Plenária do Conselho Nacional de Política Cultural, uma vez que dos colegiados saiam os representantes do Plenário. Falou que durante a sua passagem pelo Conselho teve muita dificuldade para realizar as reuniões dos colegiados e que duas reuniões durante o ano era muito pouco. Passou-se a palavra para a Senhora Heloísa Esser dos Reis

(Arquivos) que ressaltou que a reunião ocorrida com a Ministra Marta Suplicy e os ex-conselheiros teria sido de grande importância e agradeceu pela oportunidade de estarem presentes nesta 18ª Reunião participando da posse dos novos conselheiros, fazendo esta troca de experiências. Agradeceu a todos e informou que a sua principal missão foi a de formar o Colegiado de Arquivos. Disse estar feliz com a indicação do Senhor Rodrigo Duarte para o seu lugar e que os novos conselheiros acompanhassem o ProCultura, uma vez que participou do grupo de trabalho como relatora em cima da proposta do substitutivo da Deputada Alice Portugal. Ressaltou que muitas questões discutidas no Conselho não haviam sido contempladas nesse substitutivo e que eram bastante preocupantes e, talvez, até prejudiciais aos setores. Achou que era um ponto de pauta importantíssimo e imprescindível para que se tivesse um ProCultura melhor. Desejou sucesso aos novos conselheiros, colocou-se à disposição e agradeceu. Deu-se a palavra, em seguida, ao Senhor Antônio Ferreira (Culturas Afro-Brasileiras) que disse que a sociedade civil não era oposição no Conselho Nacional de Política Cultural . Falou sobre a questão dos pleitos do Conselho ao Deputado Pedro Eugênio que não haviam sido respondidos, bem como a questão do custo amazônico. Agradeceu as funcionárias do Ministério da Cultura, Dayse e demais pelo carinho, paciência e atenção durante o tempo que esteve no Conselho, parabenizou a Fundação Cultural Palmares por ter atualmente um presidente com a cara da Palmares. Pediu que Oxalá desse muito axé ao Conselho, que Oxossi desse muita fartura à família de cada um e que Xangó sempre desse a justiça para que a Cultura Brasileira caminhasse com muito axé. Em continuidade o Senhor Flávio Viana e Silva (Circo) manifestou-se dizendo ter recebido um e-mail da Senhora Alice dizendo que não poderia estar na reunião devido a um temporal no Rio de Janeiro e, por este motivo, sua casa estava alagada. Assim pedia desculpas pela ausência, que estaria acompanhando o Conselho de lá. O Senhor Chico Simões (Inclusão Social

por Intermédio da Cultura) deu prosseguimento informando que aceitou o convite do Ministério da Cultura para permanecer no Conselho até que o Fórum dos Pontos de Cultura e da Diversidade Cultural Brasileira se reunisse para indicar outro representante. Porém, aceitou o convite por ter visto que o Ministério havia adotado como prioridade à inclusão social por intermédio da cultura. Informou que a inclusão econômica não garantia a inclusão social, citando como exemplo a questão do uso do Vale-Cultura para pagamento de mensalidade de TV a cabo, que a seu ver não é inclusão social. Finalizou compartilhando a sua viagem pela Venezuela para acompanhar a Mission Cultural e que tinha visto, a partir disso, a inclusão social por intermédio da Cultura. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Isaac Wylliam Farias Loureiro (Culturas Populares) começou agradecendo a todos pelo convívio nestes últimos anos e também aos companheiros ausentes. Falou sobre a importância do Conselho, dos colegiados para a construção da política pública, democrática de cultura que o país tanto merece, que o país tanto precisa. Ressaltou ser de um campo que historicamente sempre foi excluído, até mesmo da representação como Cultura, as Culturas Populares e Tradicionais ao longo dos 500 anos. Porém, a partir do Governo Lula e do Ministro Gilberto Gil é que se começa recuperar, pagar a dívida, não apenas nossa, mas dos indígenas, dos afros, enfim, de todos que fazem parte da diversidade do país. Falou se sentir um operário na construção do edifício que é a Política Nacional de Cultura, a qual expressa os anseios do povo, as necessidades das pessoas que, muitas vezes, nem sabem que existe um Ministério da Cultura, que existem as secretarias, os editais, as políticas. E o Conselho contribui para que estas pessoas e as suas vozes, os seus anseios se façam ouvir. Falou, ainda, sobre a importância da presença dos ex-conselheiros e dos recém empossados para que não se perca o nexo da intervenção que o Conselho tem feito ao longo dos anos. Assim como em outras falas que ressaltaram o ProCultura, a continuidade das ações, a

Cultura Popular também possui algumas pendências, como a construção do Plano Setorial, as questões das políticas nacionais, as leis que estão no Congresso, questões que precisam ter continuidade. Finalizou agradecendo e exaltando um Conselho que se torne cada vez mais efetivo e relevante, não apenas para o Ministério da Cultura, mas para toda a sociedade. Em seguida o Senhor Renato da Silva Moura (Artesanato) deu boas-vindas aos que estavam chegando e parabenizou o trabalho dos que estavam saindo. Disse que havia aprendido muito e queria agora com a reeleição trabalhar mais ainda, uma vez que o colegiado estava implantado. Passou-se a palavra ao Senhor Osvaldo Viégas que se manifestou dizendo estar no Conselho desde dois mil e oito , primeiro como representante do Fórum de Secretários, e a partir de dois mil e nove como representante dos Fóruns dos Conselhos Estaduais. Disse ter avançado na legitimidade na medida em que todo o processo dos Fóruns Setoriais havia sido realizado. Parabenizou o Secretário-Geral, João Roberto, pela coragem de enfrentar o desafio de implantar a plataforma e minimizar alguns problemas apontados pelos colegas. Agradeceu e o Secretário-Geral tomou a palavra agradecendo a todos pelo trabalho realizado, interrompendo a reunião para o almoço. Às quatorze horas, o Senhor João Roberto do Nascimento reiniciou a reunião solicitando a todos que tomassem os seus lugares. Em seguida fez a leitura da ordem do dia, informando do cumprimento dos itens I e II - Posse dos novos conselheiros e troca de experiência entre estes e os ex-conselheiros. Informou que apesar de não estar na pauta da reunião a fala da Secretaria de Políticas Culturais, passaria de imediato a palavra para o Senhor Américo José Córdoba Teixeira, representante da referida Secretaria, para sua apresentação. Este começou dando boas-vindas a todos informando que acompanha o Conselho Nacional de Política Cultural desde a sua primeira reunião na gestão do Ministro Gilberto Gil pela Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, apesar de estar atualmente na Diretoria de Estudos e

Monitoramento de Políticas Culturais, responsável pela Coordenação do Plano Nacional de Cultura. Apresentou o Caderno de Metas do Plano Nacional, construído ao longo de dois mil e onze e dois e doze. Disse ser o Plano uma reivindicação desde a primeira Conferência, junto com o Sistema Nacional de Cultura, sendo um norteador das políticas para os próximos oito anos, até dois mil e vinte, assim como norteador para o próximo Sistema, em que os entes federados que aderirem ao Sistema automaticamente estarão se comprometendo a colaborar com a execução das metas. Falou, ainda, que o Plano não trabalha isoladamente, ou seja, não é o Plano que vai atender todas as necessidades da diversidade cultural, das políticas setoriais. Além do que um dos pedidos dos setoriais era que os componentes dos colegiados tivessem contato com as metas do Plano. Informou que existe um blog sobre o Plano Nacional de Cultura, com todos os planos existentes para visualização e a discussão das metas, a consulta pública das metas. Encerrou dizendo sobre as metodologias adotadas para os colegiados, informando que não dá para ser a mesma para todos. Sobre a questão das metas, de estarem prontas ou não, há planos que estão em momentos diferentes. Por isso, enfatizou que os colegiados/segmentos aproveitem os eventos, quaisquer que sejam, para discutir diretrizes. Em seguida, o Senhor João Roberto agradeceu ao Senhor Américo pela contribuição, passando para a discussão dos outros pontos da pauta da reunião, em que o primeiro seria a análise do Regimento Interno da III Conferência Nacional de Cultura. Antes disso, o Secretário informou que o Senhor Pedro Pontual falaria sobre o contexto geral das conferências que estariam sendo realizadas e a Política Nacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, com relação à questão da participação social e em especial a questão das conferências. O Senhor Isaac Wylliam Farias Loureiro manifestou-se dizendo que antes de se entrar nas outras questões e principalmente na discussão do Regimento gostaria que o Ministério apresentasse um resumo das motivações da proposta que estava

sendo apresentada para o Plenário, uma vez que percebeu que havia alterações na proposta anterior, como, por exemplo, a previsão de realização das conferências setoriais, das pré-conferências, que é uma demanda. O Secretário concordou com a solicitação, ressaltando que a fala do Senhor Pedro Pontual seria uma fala mais geral e que depois iria fazer uma apresentação entrando no mérito da questão. O Senhor Arthur Leandro de Moraes Maroja manifestou-se dizendo ser complicadíssimo para quem estava assumindo o mandato agora porque estariam respondendo para um colegiado que os elegera para estarem no Conselho e, no caso, estariam tomando decisões sozinhos, porque as questões não haviam passado pela discussão do colegiado. Ressaltou que existiam pontos delicados que tocavam na questão setorial, que não eram para serem tratados na discussão do regimento logo de supetão. Corroborou, em seguida, com as palavras do Senhor Isaac, dizendo que precisariam de um suporte para entrarem na discussão. O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe) concordou com a colocação dos conselheiros e após a fala do Senhor Pedro Pontual faria a apresentação do mérito da questão. Passou-se a palavra ao Senhor Pedro de Carvalho Pontual que iniciou agradecendo, cumprimentando a todos em nome da Secretaria-Geral da Presidência, e certamente também da Presidenta, e fazendo algumas observações gerais sobre o quadro das conferências. Antes, sobressaltou as conquistas do MinC e ousou dizer que dentre os Sistemas de Políticas Públicas, talvez, o Sistema Nacional de Cultura fosse aquele que no menor tempo histórico conseguiu se estruturar de maneira tão orgânica. Prosseguiu falando que o trabalho das conferências públicas complementarmente ao trabalho dos Conselhos possibilita uma abertura democrática da discussão de cada política e uma capilaridade do processo de debate, de construção das políticas extremamente importantes. Ressaltou algumas ideias, como a importância de participação social se transforme definitivamente num método de governar, já bem avançado na

área da Cultura, mas para outras áreas de Políticas Públicas ainda um desafio a ser enfrentado. Outra ideia reforçada foi sobre deixarmos como legado do mandato da Presidenta Dilma um nível maior de institucionalização, da participação social como política de estado, como direito do cidadão e ao mesmo tempo de avanço em ações concretas de aperfeiçoamento dos instrumentos e de articulação. Comentou sobre a nota técnica distribuída aos presentes, conjunta, construída pelo IPEA e pela Secretaria-Geral, que se deu o título de "Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais", que constrói um roteiro de aspectos que são importantes quando se vai organizar uma conferência, fruto do acúmulo de outros tantos processos conferenciais, do que deu certo, como das dificuldades e dos desafios que se tem pela frente. Comentou, ainda, sobre o calendário das conferências previstas para o período de dois mil e treze e dois mil e quatorze , informando que esse é um processo de constante atualização, citando alguns eventos previstos que possuem interface com a Cultura. Outro ponto colocado foi a questão do calendário da intersetorialidade e da visibilidade. Falou sobre a possibilidade da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) fazer um processo mais amplo de cobertura das Conferências Nacionais, com toda a rede de comunicação (NBR, Voz do Brasil, canais regionais, etc.). A ideia inicial apresentada pela EBC e com bastante interesse da Presidência da República é que se tenha uma transmissão o mais ampla possível da etapa nacional das conferências, além de se fazer um debate prévio antes da realização destas, pegando um ou dois temas que serão mais polêmicos, ou que serão de maior envergadura. Enfim, há muita disposição por parte da EBC, os quais foram considerados como uma conquista e uma oportunidade que se deve abraçar. Finalizou se colocando à disposição. O Senhor Marcos Olender disse concordar com a colocação do Senhor Pedro Pontual com relação à questão da mídia, que realmente desde a primeira Conferência também apresenta falta de impacto

na mídia. O Senhor João Roberto do Nascimento agradeceu e em seguida solicitou à Plenária que pegasse no kit distribuído um impresso de um Quadro Comparativo dos Regimentos Internos da primeira, segunda e terceira Conferências Nacionais de Cultura. Informou que faria a leitura do que havia mudado de uma conferência para outra, mas que não poderiam esquecer que já estavam na realização da terceira Conferência. Ressaltou que na primeira Conferência, em dois mil e cinco, o Estado reconheceu, conforme inscrito na Constituição Brasileira, a importância da participação direta da sociedade para a formulação de políticas públicas e a formação e consolidação de uma cultura política democrática. De julho a novembro de dois mil e cinco, cento e noventa municípios realizaram suas conferências municipais ou se reuniram para realizar conferências intermunicipais, criando uma rede participativa e um processo cooperativo entre União, Estados e Municípios jamais vistos na história do movimento cultural brasileiro. Estas conferências, além de discutir os Sistemas Municipais e Regionais de Cultura, elegeram delegados e indicaram propostas para as conferências estaduais. Em alguns Estados e Capitais foram realizadas pré-conferências para regiões ou setores da produção cultural. Este processo envolveu a participação direta de cerca de sessenta mil pessoas, em mais de setecentos municípios, em vinte e cinco Estados da federação e do Distrito Federal. Essa questão, por exemplo, não estava prevista na segunda Conferência. Então o Regimento da terceira Conferência está aperfeiçoando, avançando ou retomando as questões que estavam na primeira Conferência e que foram, momentaneamente, suspensas na segunda, por exemplo. Prosseguiu falando sobre a questão do temário. Observou-se que nas duas conferências realizadas os grandes eixos eram basicamente a questão da gestão cultural e da participação social, e a gestão pública e participação social. O que se tem na terceira Conferência são os eixos que tratam da questão da gestão e da participação social que, hoje, está consolidada no

Sistema Nacional de Cultura e as três dimensões da cultura. A dimensão simbólica, a dimensão cidadã dos direitos culturais e a dimensão econômica. E cada um desses eixos com quatro sub-eixos. Assim, o tema geral da terceira Conferência seria da política de estado para a cultura: dos Arquivos do Sistema Nacional de Cultura como foco aos impactos da Emenda Constitucional nº 71/2012 na gestão e na participação social na União, nos Estados e Municípios. Ressaltou sobre o importante papel do Plenário do Conselho, da Comissão Organizadora, que trabalhará e aprofundará estas questões. Com relação à estrutura da Conferência, a novidade é a existência das Conferências Regionais, que não eram previstas no regimento das duas conferências anteriores, e agora é uma etapa definida: as conferências municipais e intermunicipais, as conferências regionais, as conferências estaduais e do Distrito Federal e, no caso, a etapa setorial, que seria os colegiados setoriais. Essas quatro etapas tiram delegados para a Conferência Nacional, elegem delegados. E tem mais as conferências livres e as conferências virtuais com debate público, que não elegem delegado, mas apresentam propostas para as etapas na Conferência. Falou também sobre o calendário previsto para cada etapa. De abril a junho a etapa das Conferências Municipais. De julho até quinze de setembro a etapa das Conferências Regionais e Estaduais. E de vinte e seis a vinte e nove de novembro a etapa da Conferência Nacional, a etapa nacional. Com relação à organização da Conferência, o Secretário comentou sobre a composição da Comissão Organizadora Nacional e do Comitê Executivo, propondo uma ampliação significativa da representação da sociedade. Na Comissão Organizadora da segunda Conferência tinha um representante da sociedade, que era um representante do Plenário do CNPC. Além desse representante mantido, teríamos um representante de cada um dos dezessete colegiados setoriais constituídos e um representante do Audiovisual, um do Conselho Superior do Cinema e do Comitê Gestor do IBRAM para a área de Museus.

Isso daria um total de vinte representantes da sociedade na Comissão Organizadora. Assim, solicitou que esse representante fosse definido nesta Plenária para quando se tiver uma reunião da Comissão Organizadora, se saber quem vai representando o Plenário na Comissão Organizadora e também no Comitê Executivo, quem estiver na Comissão Organizadora estará no Comitê Executivo à frente da parte da operacionalização da Conferência. O Senhor Isaac Wylliam Farias Loureiro manifestou-se a respeito de alguns esclarecimentos que gostaria que fossem feitos, dizendo não se sentir contemplado com as informações que o Secretário colocou, uma vez que no seu ponto de vista só respondeu as questões apenas sobre a ótica técnica, colocando as diferenças e não a questão da decisão política do Ministério em relação à alteração do Regimento e a proposta que está sendo apresentada, considerando também a questão de não pactuar com os municípios e estados, assim como o calendário que não foi pactuado também por já se encontrar proposto. Disse que gostaria de entender o ponto de vista político, uma vez que não há sentido, sem essa ótica, a existência do Conselho. O Senhor Marcos Olender reforçou as palavras do Senhor Isaac dizendo que a polêmica, a discussão motivada na Plenária era justamente a questão das Conferências Setoriais, da ausência delas. Ainda nesta motivação, o Senhor Arthur Leandro de Moraes Maroja disse que teria mais uma questão a acrescentar com relação aos colegiados setoriais. Disse ser eleito pelo colegiado e que a proposta era que a discussão fosse remetida aos colegiados e os colegiados remeteriam ao CNPC, uma vez que essa discussão teria que ocorrer na base, não podendo tomar uma decisão sozinho. O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe) disse que teriam que discutir sobre a metodologia da discussão do Regimento, colocando em votação. Cada conselheiro expôs os seus motivos, sugestões, tiraram as suas dúvidas e a votação teve como resultado quinze votos a favor, com sete contra e uma abstenção para iniciarem a discussão pelos Artigos 7º e 8º do

referido Regimento. Em seguida, após uma intensa discussão sobre a realização das Pré-Conferências Setoriais, colocaram-se em votação duas propostas. A primeira: Realização das Pré-Conferências e a segunda: Eleição nos colegiados conforme proposto no documento. Colocado em votação, a primeira proposta venceu com vinte e um votos favoráveis, nenhum desfavorável e uma abstenção. O Senhor Secretário sugeriu que os conselheiros elaborassem uma proposta por escrito para ser apresentada na manhã do dia seguinte na reunião. Disse que iria deixar claro a questão orçamentária para os eventos, uma vez que parecia, em alguns casos, que o Ministério não queria realizar. Na verdade não é uma questão de não querer, mas sim de não poder, não ter recurso, não ter orçamento público, feito no ano anterior. Algumas colocações, sugestões e indagações foram feitas pelos conselheiros e após responder a todos o Senhor Secretário sugeriu que elaborassem bem a proposta a ser apresentada na manhã do dia seguinte. Assim, desejou a todos uma boa noite e deu por encerrada a reunião.

ATA DO DIA 07/03/2013

O Senhor Bernardo Novais da Mata Machado deu início a reunião dizendo que era fundamental que os conselheiros fizessem o Relatório de Viagem e entregassem à secretaria da reunião, uma vez que era essencial para a emissão de passagem. Além do que, se ficasse alguma pendência, as passagens não poderiam ser emitidas para uma segunda reunião. Em seguida, a palavra foi passada ao Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe) que cumprimentou a todos, dando prosseguimento aos trabalhos. Registrou a presença do Senhor Sandro Magalhães, Diretor de Territorialização da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, que acompanharia este segundo dia de reunião. Informou que o Senhor Sandro, devido a sua função, iria trabalhar na realização das Conferências Regionais e Estaduais da Bahia. Em seguida, como ficou definido, não seria necessário fazer a leitura de todo o Regimento somente dos itens modificados e que

senão houvesse destaque o artigo estaria aprovado. Entretanto, lembrou que se houvesse destaque em algum item, fosse apresentado por escrito, por se tratar de um Regimento, tendo um texto de inclusão, substituição, retirada, e depois colocado em votação. O Senhor Osvaldo Viégas solicitou que fossem dadas informações sobre o SNIIC, por ser elemento necessário para o desempenho da atribuição de todos no Conselho. O Secretário fez os esclarecimentos necessários sobre o SNIIC, dizendo que a prioridade do governo era fazer o monitoramento das metas do Plano e que a expectativa era de que isso ficasse pronto até o final do ano, após a Conferência e o funcionamento do Sistema. Em prosseguimento, passou-se para a análise de artigo por artigo do Regimento. No Art. 1º, Inciso I, foi solicitado destaque de alteração da redação, ficando da seguinte forma "Propor estratégias de aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que dinamizem os sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais, Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos componentes." Outro destaque foi em relação ao Inciso III: "Debater experiências de elaboração, implementação e monitoramento de Planos Municipais, Estaduais/Distrito Federal, Regionais e Setoriais de Cultura e socializar metodologias e conhecimentos." Destaque também no Inciso IV, texto final: "Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania. No Inciso V: "Propor estratégias para o reconhecimento e o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável. No Inciso VI, destaque final: "Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizando o fomento, a formação, a criação, a

divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões. No Inciso VII: “Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens e serviços e espaços culturais. No Inciso VIII: “Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes em prol da Cultura.” Em seguida foi feito destaque no temário, com a inclusão no Art. 3º: Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, conforme previsto na Lei Federal Nº. 12.343/2010, os eixos da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura, constituindo eixos e sub-eixos temáticos. Destaque também no Item 2 do Art. 3º, acrescentando**:** “Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais com atenção para a diversidade étnica e racial. No item 2.4, acrescentar na redação final: “Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos povos e comunidades Tradicionais”. No Item 3, destaque, no foco, ficando a redação final: “Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania com atenção para a diversidade étnica e racial. Destaque também no Item 3.1: “Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos” No Item: “Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades”. No Item 4.1, destaca-se a redação final: “Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional”. Destaque no Item 4.3, redação final: “Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as dimensões (Econômica, Ambiental, Social e Cultural) da Sustentabilidade”.

No Item 4.4: “Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira”. Em seguida, houve destaque no Capítulo III, Art. 6º, Inciso I: “Etapa Municipal ou Intermunicipal até o dia 15 de julho de 2013. Inciso II: “Etapa Estadual e Distrital até o dia 15 de setembro de 2013. Posteriormente, foi acrescentado mais um parágrafo: “Parágrafo Segundo. Para os estados com 300 ou mais municípios, que realizarem conferências regionais ou territoriais definidas neste artigo, poderão realizá-las até o dia 15 de setembro de 2013 e as conferências estaduais até o dia 29 de setembro de 2013. No Capítulo IV, Art. 8º, destaque, com sugestão de retirada do Parágrafo 9º: “As Conferências referidas nos incisos I a III, somente constituir-se-ão como habilitadas à 3ª Conferência Nacional de Cultura, nos Municípios, Estados e Distrito Federal que tenham, até o dia 30 de junho de 2013, assinado Acordo de Cooperação Federativa com a União, por intermédio do Ministério da Cultura, visando ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura”. Ainda no Capítulo V, Art. 17, Inciso I: “Todos os Titulares dos Colégios Setoriais.” Após este período, o Secretário disse, assim como alguns conselheiros, que existiam dúvidas, questionamentos e discussões e que, no caso, poderia ser solicitada uma Reunião Extraordinária, mas que a aprovação do Regimento teria que ser feita, para que os municípios já começassem a trabalhar e que o Regimento fosse divulgado. Ressaltou que as recomendações seriam incluídas no Regimento. A Senhora Márcia Helena Gonçalves Rollemberg solicitou que ficasse registrado em ata que estava considerado que durante a reunião havia sido feito o lançamento oficial de dois planos: Planos Setoriais de Culturas Populares e Culturas Indígenas e que fosse divulgado. O Senhor Antônio José Amaral Ferreira informou o falecimento do Pesquisador Negro, Senhor Vicente Sales, solicitando que o Conselho fizesse uma moção de pesar aos familiares. Ressaltou que ele havia sido muito importante para as Culturas

Populares em todo o Estado do Pará. Ainda assim, o Senhor Isaac Wylliam Farias Loureiro solicitou que fosse feita uma moção de apoio à Comunidade da Jurema Sagrada de Aliambra na Paraíba, que estaria sofrendo ações de intolerância religiosa na cidade. Em seguida, disse que todos gostariam de agradecer a companheira Maria Helena Signorelli, que havia sido Coordenadora-Geral do CNPC, a qual não estaria mais na função, mas que gostariam de agradecê-la pelo trabalho, dedicação, desejando-lhe sucesso e que todos os conselheiros do Mandato de 2010/2012 a teriam com grande apreço. O Senhor Marcos Olender manifestou-se solicitando uma salva de palmas ao pessoal que havia auxiliado nos trabalhos de análise do Regimento, o pessoal que ficou fazendo a operacionalização de tudo**.** O Senhor Paulo César Rodrigues Amoreira sugeriu que a secretaria do conselho ficasse atenta com relação à marcação das viagens de volta dos conselheiros, e estas fossem marcadas para após o fim da reunião e não antes como havia sido a de muitos conselheiros. A Senhora Rosa Maria Leonardo Coimbra solicitou que ficasse registrada em ata a saída do Conselheiro Ivan durante a reunião e a falta de possibilidade dos antigos conselheiros falarem mais sobre as suas experiências. Disse que considerava isso uma grande falta de respeito, porque haviam sido convidados a participarem da reunião. Em seguida, solicitou que as atas que não haviam sido enviadas aos antigos conselheiros fossem encaminhadas para os seus e-mails e que também o Ministério deixasse as atas do Conselho no site do MinC, no site do CNPC. Por fim, desejou aos novos conselheiros tudo de bom, muita paciência, perseverança e muita força quando desse vontade de desistir. O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe) agradeceu a todos os conselheiros, ex-conselheiros, o pessoal que havia contribuído para a realização da reunião, aos dirigentes do MinC, a equipe que havia colaborado na sistematização, a equipe interna do CNPC e especialmente o esforço dos conselheiros para a conclusão do Regimento da terceira Conferência. Disse que algumas

questões que não haviam sido concluídas seria feito um pleito de realização para uma reunião extraordinária para a conclusão dessas questões. Ressaltou que os dois dias haviam sido muito positivos. A Senhora Marila AnibelleVellozo questionou algumas questões que não haviam ficado definidas como, por exemplo, o calendário da Reunião dos Colegiados. Sugeriu que isso ficasse registrado em ata e a questão das convalidações das comissões temáticas, as quais teriam que ter tido indicação de membros para a sua constituição. O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe) ressaltou que essas questões seriam colocadas na reunião extraordinária. A Senhora Márcia Helena Gonçalves Rollemberg disse que também gostaria que ficasse registrada a questão dos calendários e que no caso da SCDC havia sido feito ajuste no Calendário de Reunião do Colegiado Indígena, informando que já havia passado para a Mesa, e que fosse divulgado a todos os conselheiros já com todos os ajustes feitos. O Senhor Rodrigo Aldeia Duarte disse que também gostaria de deixar registrado que já havia solicitado, desde a semana passada, o adiamento da Reunião do Colegiado em uma semana. O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe) ressaltou que se houvesse alguma dificuldade com relação aos pleitos, o Conselho entraria em contato comunicando. A Senhora Luciana Guilherme disse que gostaria de deixar registrado, também, o pleito do Design e da Moda solicitando alteração de data da reunião para o fim do mês de abril, porque não iriam ter tempo de se articularem e de se preparem. O Senhor Secretário disse que não havia muita flexibilidade por parte do Conselho, que uma troca ou outra poderia ser feita, mas isso tudo teria que ficar num espaço de dois meses. Solicitou que todos enviassem as propostas ao Conselho, para que este pudesse compatibilizar e ver a melhor forma possível para atender a todos. Agradeceu, mais uma vez, e deu a reunião por encerrada.